

Política

21 MAI 1987

CONSTITUINTE

ANE pag. 8.

# PFL e PDS unem-se para tentar destituir relatores progressistas

por Francisco Stella Fogá de Brasília

O PFL e o PDS, os dois partidos que têm maior número de presidentes de comissões e subcomissões da Constituinte, estão empenhados em abrir o caminho para a destituição dos relatores cujos anteprojetos sejam rejeitados nas votações das comissões e subcomissões.

Os relatores são, na quase totalidade, do PMDB. São considerados mais progressistas que a média do partido. O cargo lhes garante assento na Comissão de Sistematização, que terá a missão de redigir o texto final da nova Constituição. Pelo regimento interno, são nomeados pelos presidentes das comissões e subcomissões.

Ontem, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, manifestou formalmente o entendimento de que os relatores não podem ser destituídos. Em resposta à consulta formulada pelo deputado José Lins (PFL-CE), presidente da Comissão de Ordem Econômica, decidiu que na hipótese de rejeição do anteprojeto, o relator deve redigir novo parecer que represente a decisão da comissão.

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto, anunciou ontem mesmo em plenário o recurso que apresentou contra a decisão de Ulysses. O recurso

será apreciado pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo da Constituinte.

Também o deputado José Lins está inconformado com a decisão de Ulysses. Um relator que não consegue abrir mão de suas posições pessoais para refletir as tendências dominantes das propostas que recebe, segundo o deputado, precisaria ser substituído por outro que consegue. A preocupação fundamental do deputado é a possibilidade de o relator não destituído defender na Comissão de Sistematização as posições vencidas.

Em pelo menos uma das três subcomissões da Ordem Econômica poderá haver impasse na votação do anteprojeto marcada para o próximo fim de semana. Como alternativa ao anteprojeto do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), com o apoio de metade dos membros da subcomissão de Política Agrícola, o deputado Rosa Prata (PMDB-MG) apresentou um substitutivo prevendo regras bastante conservadoras.

A votação estará polarizada entre a proposta de Oswaldo Lima Filho, que estabelece limite máximo para as propriedades rurais e prevê a posse imediata de imóveis desapropriados, e o substitutivo, que, segundo a outra metade da subcomissão, inviabiliza a Reforma Agrária.

# Centenas de propostas para os temas sociais

por Thais Bastos de Brasília

Um dia de muito trabalho nas três subcomissões vinculadas à Comissão de Ordem Social. Mais de vinte assessores técnicos da Câmara e do Senado foram mobilizados na análise das emendas apresentadas aos três relatórios, que chegam à 466 no caso da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

A começar de hoje à tarde, quando a Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente reúne seus membros para votar o relatório final, incluídas as 326 emendas apresentadas, até a manhã de segunda-feira, 25, quando se reúne a Subcomissão de Minorias, muita polêmica e disputa marcarão o Congresso Nacional. Na tarde de segunda-feira, os anteprojetos serão entregues à Comissão Temática, em solenidade onde estarão presentes o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, e várias lideranças partidárias.

O constituinte Edme Tavares (PFL/PB), presidente da Comissão da Ordem Social, defendia ontem que os relatores das subcomissões deixassem que as emendas que não foram analisadas por falta de tempo fossem apresentadas numa segunda fase, já na Comissão Temática. Ele embasava seu argumento em um problema técnico: o Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), devido ao acúmulo de serviços, não havia con-

seguido, até o final da tarde de ontem, expedir em listas as emendas apresentadas, grande parte de última hora.

Geraldo Campos (PMDB-DF), presidente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, no entanto, garantiu que não deixaria de lado sequer uma proposta. No final da tarde de ontem, seus sete assessores haviam analisado quase 300 das 466 emendas. Ele retrucou as recentes declarações de Almir Pazzianotto, ministro do Trabalho, sobre a bagagem utópica das propostas contidas no relatório da subcomissão, afirmando que "utopia é pensar que haverá avanços substanciais se tudo for deixado para a apreciação de leis ordinárias".

Dentre os constituintes membros da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, o recordista em matéria de apresentação de emendas foi o pemedebista paranaense Max Rosenmann, com 48 sugestões. Entre elas, ele defende que se retire do anteprojeto o dispositivo que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, devendo ser o tema discutido entre patrões e empregados nos acordos coletivos de trabalho.

Na Subcomissão das Minorias, as 89 emendas apresentadas serão apreciadas por seus membros na manhã do dia 25, poucas horas antes de entrega do anteprojeto à Comissão Temática. Segundo informações da Secretaria da Subcomissão, o maior número de propostas aborda a questão do índio e seus direitos.

# Emendas para orçamento público geram polêmica

A Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira deverá concluir neste final de semana o exame de cerca de duzentas emendas apresentadas ao anteprojeto. A subcomissão deve encerrar a discussão até a próxima segunda-feira.

A parte do anteprojeto que dispõe sobre os orçamentos anuais do setor público deverá provocar maior polêmica, devido à apresentação de emendas, como a do constituinte César Maia (PDT-RJ), que dispõe sobre o retorno do orçamento monetário.

Segundo a proposta do relator José Luiz Maia

(PDS-PI), o setor público terá apenas dois orçamentos anuais: o orçamento da União e o das empresas estatais. A diferença é que o orçamento das estatais também deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional.

De acordo com a proposta do relator José Luiz Maia, não serão aceitas emendas ao projeto de lei orçamentária incompatíveis com os planos de médio e curto prazo, que contrariem o plano de distribuição de recursos previamente aprovado e aquelas sugerindo despesas sem a indicação das respectivas fontes de financiamento.